ÍNDICE

Relação Júridica de Emprego Público: do Público ao Privado Resumo	5
Relation Juridique de l'Emploi Public: du Public au Privé	
Abstrait	7
Lista de abreviaturas e siglas	13
Introdução	15
CAPÍTULO I	17
SECÇÃO I	
Das vinculações constitucionais	17
 As atuais vinculações constitucionais da atividade pública As atuais vinculações constitucionais e o caso especial 	17
da privatização orgânica dos órgãos do Estado	28
3. As atuais vinculações constitucionais do direito laboral	
da Administração Pública	33
SECÇÃO II	
Evolução do regime jurídico da função pública	43
1. A CRP de 1976 e de 1982	43
2. O Regime Jurídico da Função Pública no Quadro dos Vários Modelos	
Organizacionais dos Recursos Humanos na Administração Pública	51

CAPÍTULO II

Os Conceitos Nucleares	63
SECÇÃO I	
Evolução conceptual	63
1. Os conceitos tradicionais	63
2. As conceções propostas	67
CAPÍTULO III	71
O Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Sua evolução	71
SECÇÃO I	71
Caraterização do Contrato de Trabalho em Funções Públicas ao abrigo da antiga Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro	71
SECÇÃO II	80
Constituição de relações jurídicas de emprego público. Sua caracterização genérica	80
1. Hierarquia das Fontes Normativas	80
2. Fontes de Direito de Trabalho: a negociação coletiva e os instrumentos de regulamentação coletiva	ne
3. Modalidade e Vínculos	
4. O Instituto da Mobilidade Geral	
5. A Mobilidade Especial dos Trabalhadores em Funções Públicas	
6. Cessação da Relação Laboral	
SECÇÃO III	125
O regime jurídico-laboral dos trabalhadores com contrato de trabalho	
em funções públicas nas autarquias locais e empresas municipais	
1. Nos Municípios	125
2. Nas Empresas Municipais	128

ÍNDICE

CAPÍTULO IV	
A Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	
– Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho	131
SECÇÃO I	131
•	
Caracterização da nova lei geral do trabalho em funções públicas	131
SECÇÃO II	
Constituição de relações jurídicas de emprego público.	
Sua caracterização genérica	141
1. Hierarquia das Fontes Normativas	141
2. Fontes de Direito de Trabalho: as internacionais, a negociação colet	
e os instrumentos de regulamentação coletiva	
2.1. As Fontes Internacionais	
2.2. Fontes de Direito Laboral	150
3. Modalidades e Vínculos	154
4. O Instituto da Mobilidade e o da Cedência de Interesse Público	162
5. O Fim do Sistema de Requalificação dos Trabalhadores	
em Funções Públicas. O Regime da Revalorização Profissional	
dos Trabalhadores em Funções Públicas	167
6. A extinção da relação de Emprego Público	173
CAPÍTULO V	179
O princípio da irredutibilidade da remuneração,	
o princípio da proibição do retrocesso social	
e a reserva do financeiramente possível	179
CAPÍTULO VI	187
Conclusões	